Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

11/03/2015

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA..... 1
   1.2. DECISÕES..... 2
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA..... 3 - 7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA..... 8 - 10
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA..... 11 - 14
   4.2. VARA CRIMINAL..... 15
   4.3. VARA DA MULHER..... 16 - 17
   4.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 18 - 19
5. JORNAL EXTRA
   5.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA..... 20 - 21
   5.2. CONVÊNIOS..... 22 - 23
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA..... 24 - 27
   6.2. JUIZADOS ESPECIAIS..... 28 - 29
   6.3. JUÍZES..... 30
7. JORNAL O IMPARCIAL
   7.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA..... 31 - 33
   7.2. DECISÕES..... 34
8. JORNAL O PROGRESSO
   8.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA..... 35 - 36
   8.2. EXECUÇÕES PENAIS..... 37
9. JORNAL O QUARTO PODER
   9.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA..... 38 - 39
10. JORNAL PEQUENO
   10.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA..... 40 - 42
   10.2. DECISÕES..... 43 - 44
   10.3. JUIZADOS ESPECIAIS..... 45 - 47
   10.4. VARA DA FAZENDA PÚBLICA..... 48 - 49

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Ministra Cármen Lúcia abre campanha "Justiça pela paz em casa" no Maranhão

A ministra anunciou que o Maranhão terá uma "Casa da Mulher Brasileira", que será construída em parceria com o Estado e Município

A ministra Cármen Lúcia Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, lançaram, nesta terça-feira (10), no Estado, a Campanha "Justiça pela paz em casa". No período de 9 a 13 de março, processos criminais em que a mulher é vítima, e os cíveis ou de família em que é parte interessada têm prioridade de tramitação e julgamento nas varas judiciais.

A abertura da campanha foi feita pela vice-presidente do STF em solenidade no salão nobre do Palácio da Justiça, com a participação da ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Eleonora Menicucci; do governador do Estado, Flávio Dino; deputado estadual, Edilázio Júnior; da procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha; da defensora pública-geral, Mariana Almeida; da secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto; e da conselheira federal da OAB, Valéria Lauande.

Do Judiciário estadual, participaram da solenidade a vice-presidente, desembargadora Anildes Cruz; a coordenadora da Mulher em Situação de Violência do TJMA, desembargadora Ângela Salazar; o coordenador de Fiscalização e Monitoramento Carcerário, Fróz Sobrinho; o diretor da Esmam, Jamil Gedeon; o corregedor eleitoral, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Gervásio Santos; os juízes auxiliares do TJ e CGJ, desembargadores e juízes.

PAZ - A campanha "Justiça pela paz em casa", de iniciativa da vice-presidência do STF, faz parte das ações de comemoração do Dia Internacional da Mulher – 8 de março – e tem como objetivo agilizar os julgamentos de processos que envolvam casos de violência contra mulheres, principalmente homicídio. A ação funciona em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PACIENTE ATENDIDO POR HOSPITAL PARTICULAR NÃO TERÁ TRATAMENTO CUSTEADO PELO MUNICÍPIO

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou recurso a um paciente atendido por hospital particular de São Luís (MA) que queria ter o seu tratamento, no valor de R$ 9.521,11, custeado pelo município.

De acordo com o relator, desembargador Kléber Carvalho, o autor buscou o hospital municipal Djalma Marques (Socorrão I), apresentando sintomas de febre, convulsão, desmaios e confusão mental e, ao ser avaliado por uma equipe médica, esta recomendou sua internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Dino anuncia construção d
her Brasileira durante Can

Governador Flávio Dino destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

a a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do M
Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, ocorre até a próxima sexta-feira (13). Na oca
dade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolv
al e municipal. A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias inic

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

'JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA'

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira durante Campanha

Governador Flávio Dino destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

Ontem (10) foi lançada a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha, idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13). Na ocasião, o governador Flávio Dino prestigiou a solenidade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital.

"As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", garantiu Flávio Dino, ao informar que a serão construídas unidades em São Luís e Imperatriz.

O lançamento da campanha 'Justiça pela paz em casa' contou com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; e da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. A campanha tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

"Nós estamos aqui para combater a violência doméstica contra a mulher, priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros", afirmou a ministra Cármen Lúcia.

Ao longo da semana estão sendo promovidas ações a fim de agilizar audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher, priorizando o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CCJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, ressaltou que a descentralização dos recursos é fundamental para a criação de obras como a Casa da Mulher Brasileira. "São Luís poderia ter há mais tempo esta Casa, mas agora com a parceria prefeitura e governo, ela sairá do papel", afirmou a ministra-chefe Eleonora Menicucci.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ministra do STF abre campanha "Justiça pela paz em casa"

A ministra Cármen Lúcia Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, lançaram, ontem (10), no Estado, a campanha "Justiça pela paz em casa". No período de 9 a 13 de março, processos criminais em que a mulher é vítima, e os cíveis ou de família em que é parte interessada têm prioridade de tramitação e julgamento nas varas judiciais.

PÁGINA 3

Ministra Cármen Lúcia Rocha, vice-presidente do STF, durante discurso no Tribunal de Justiça do MA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ministra do STF abre campanha "Justiça pela paz em casa"

A ministra Cármen Lúcia Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, lançaram, ontem (10), no Estado, a campanha "Justiça pela paz em casa". No período de 9 a 13 de março, processos criminais em que a mulher é vítima, e os cíveis ou de família em que é parte interessada têm prioridade de tramitação e julgamento nas varas judiciais.

A abertura da campanha foi feita pela vice-presidente do STF em solenidade no salão nobre do Palácio da Justiça, com a participação da ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Eleonora Menicucci; do governador do Estado, Flávio Dino; deputado estadual, Edilázio Júnior; da procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha; da defensora pública-geral, Mariana Almeida; da secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto; e da conselheira federal da OAB, Valéria Lauande.

Do Judiciário estadual, participaram da solenidade a vice-presidente, desembargadora Anildes Cruz; a coordenadora da Mulher em Situação de Violência do TJMA, desembargadora Ângela Salazar; o coordenador de Fiscalização e Monitoramento Carcerário, desembargador Fróz Sobrinho; o diretor da Esmam, desembargador Jamil Gedeon; o corregedor eleitoral, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Gervásio Santos; os juízes auxiliares do TJ e CGJ, desembargadores e juízes.

No lançamento, a ministra enfatizou a importância da união do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Executivo e demais parceiros no trabalho conjunto para que as leis aplicadas aos casos de violência contra a mulher, somadas à construção da "Casa da Mulher Brasileira" e à adoção de novas práticas de combate à violência, incentivem à paz nos lares brasileiros.

Segundo a ministra, por meio da campanha, o Judiciário saberá quantos processos dessa natureza existem, a extensão da demanda, quais as regiões com maior índice de violência e o que fazer para que as varas especializadas atuem de maneira mais célere.

"A ideia é fazer com que o agressor saiba que os atos de agressão e violência praticados contra a mulher serão punidos, além de preservar e fazer valer os direitos assegurados na Constituição. Não se mata alguém por ter um determinado gênero, mas se mata mulher por ser mulher, numa frequência inaceitável no Brasil", disse a ministra.

A presidente do Tribunal de Justiça solicitou aos juízes das varas criminais, de família e do tribunal do júri da região metropolitana de São Luís que deem preferência e celeridade à tramitação e desfecho dos processos em que a mulher seja vítima ou envolvam seus interesses. A orientação também foi passada aos juízes das varas do interior, com igual competência.

FEMINICÍDIO

Na última segunda-feira (9), a presidente da República sancionou a Lei do Feminicídio (nº 8.305/2014), que inclui o homicídio contra a mulher entre os tipos de homicídio qualificado, com pena de 12 a 30 anos de prisão. Presente à solenidade, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Eleonora Menicucci, disse que o Brasil é o 16º país da América Latina a tipificar o crime contra a mulher, que representa 52% da população.

A ministra anunciou que o Maranhão terá uma "Casa da Mulher Brasileira", que será construída em parceria com o Estado e Município. Segundo a ministra, a licitação da obra já foi concluída e deverá começar no prazo de quinze dias, com conclusão prevista para cinco meses, ao custo total de 19 milhões, incluindo construção e manutenção.

AUDIÊNCIAS

Segundo levantamento da Coordenadoria da Mulher do TJMA, 1.904 processos envolvendo mulheres estão prontos para serem sentenciados pelos juízes e 595 audiências agendadas para serem realizadas ao longo desta semana, na Região Metropolitana da capital e interior.

Na região metropolitana, 362 audiências devem acontecer durante esta semana nas comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Na capital, os juízes Gustavo Medeiros, Andréa Frota Maia, Maricélia Gonçalves e Luis Carlos Licar presidem as audiências agendadas para o período, no 5º e 7º andares do Fórum do Calhau, no horário entre 8h30 e 16h30.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ministra Cármen Lúcia Rocha, vice-presidente do STF, durante discurso no TJMA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

POLÍTICA

Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

Foi lançada ontem a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha, idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13). - **PAG. 3**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

JUSTIÇA

Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

Nesta terça-feira (10) foi lançada a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha, idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13). Na ocasião, o governador Flávio Dino prestigiou a solenidade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital.

"As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", garantiu Flávio Dino, ao informar que a serão construídas unidades em São Luís e Imperatriz.

O lançamento da campanha 'Justiça pela paz em casa' contou com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; e da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. A campanha tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

"Nós estamos aqui para combater a violência doméstica contra a mulher, priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros", afirmou a ministra Cármen Lúcia.

Ao longo da semana estão sendo promovidas ações a fim de agilizar audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher, priorizando o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CCJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, ressaltou que a descentralização dos recursos é fundamental para a criação de obras como a Casa da Mulher Brasileira. "São Luís poderia ter há mais tempo esta Casa, mas agora com a parceria prefeitura e governo, ela sairá do papel", afirmou a ministra-chefe Eleonora Menicucci.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

NO MARANHÃO

Ministra abre campanha "Justiça pela paz em casa"

A ministra Cármen Lúcia Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, lançaram, ontem, no Estado, a Campanha "Justiça pela paz em casa". No período de 9 a 13 de março, processos criminais em que a mulher é vítima, e os cíveis ou de família em que é parte interessada têm prioridade de tramitação e julgamento nas varas judiciais.

A abertura da campanha foi feita pela vice-presidente do STF em solenidade no salão nobre do Palácio da Justiça, com a participação da ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Eleonora Menicucci; do governador do Estado, Flávio Dino; deputado estadual, Edilázio Júnior; da procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha; da defensora pública-geral, Mariana Almeida; da secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto; e da conselheira federal da OAB, Valéria Lauande.

Do Judiciário estadual, participaram da solenidade a vice-presidente, desembargadora Anildes Cruz; a coordenadora da Mulher em Situação de Violência do TJMA, desembargadora Ângela Salazar; o coordenador de Fiscalização e Monitoramento Carcerário, Fróz Sobrinho; o diretor da Esmam, Jamil Gedeon; o corregedor eleitoral, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Gervásio Santos; os juízes auxiliares do TJ e CGJ, desembargadores e juízes.

PAZ - A campanha "Justiça pela paz em casa", de iniciativa da vice-presidência do STF, faz parte das ações de comemoração do Dia Internacional da Mulher – 8 de março – e tem como objetivo agilizar os julgamentos de processos que envolvam casos de violência contra mulheres, principalmente homicídio. A ação funciona em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Idealizadora da campanha, a ministra Cármen Lúcia, articulou junto aos tribunais dos Estados a mobilização nacional dos magistrados das varas criminais, tribunais de júri e juizados especializados na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), visando promover o andamento e a conclusão dos processos em todo o país.

No lançamento, a ministra enfatizou a importância da união do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Executivo e demais parceiros no trabalho conjunto para que as leis aplicadas aos casos de violência contra a mulher, somadas à construção da "Casa da Mulher Brasileira" e à adoção de novas práticas de combate à violência, incentivem à paz nos lares brasileiros.

Segundo a ministra, por meio da campanha, o Judiciário saberá quantos processos dessa natureza existem, a extensão da demanda, quais as regiões com maior índice de violência e o que fazer para que as varas especializadas atuem de maneira mais célere.

"A ideia é fazer com que o agressor saiba que os atos de agressão e violência praticados contra a mulher serão punidos, além de preservar e fazer valer os direitos assegurados na Constituição. Não se mata alguém por ter um determinado gênero, mas se mata mulher por ser mulher, numa frequência inaceitável no Brasil", disse a ministra.

A presidente do Tribunal de Justiça solicitou aos juízes das varas criminais, de família e do tribunal do júri da região metropolitana de São Luís que deem preferência e celeridade à tramitação e desfecho dos processos em que a mulher seja vítima ou envolvam seus interesses. A orientação também foi passada aos juízes das varas do interior, com igual competência.

"A campanha não se esgotará no dia 13. A solicitação feita aos juízes foi de que o esforço concentrado - feito antes mesmo do período estabelecido para a campanha e prolongado para depois da ação - aconteça de modo a serem solucionadas tantas demandas quantas sejam possíveis, ao longo deste ano", explicou a presidente do TJ.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Campanha

O deputado estadual Edilázio Júnior (PV) representou ontem a Assembleia Legislativa na solenidade do Tribunal de Justiça de lançamento da campanha "Justiça pela paz em casa".

O evento contou com a presença da ministra Cármen Lúcia Rocha, vice-presidente do STF, e foi presidido pela desembargadora Cleonice Freire, presidente do TJ.

Durante a campanha, que se estenderá até o dia 13, processos criminais em que a mulher seja vítima e os cíveis ou de família terão prioridade de tramitação e julgamento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Divulgação/Ribamar Pinheir

Cármen Lúcia (STF) e Cleonice Freire (TJMA) durante solenidade

Campanha da Justiça visa reduzir violência doméstica no país

Campanha nacional *Justiça pela paz em casa*, idealizada pela ministra Cármen Lúcia (STF), foi lançada ontem em São Luís, em parceria com o TJMA. **Geral 5**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Campanha do STF e TJMA quer reduzir a violência doméstica

Ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, lançou ontem em São Luís a campanha *Justiça pela paz em casa*

A campanha nacional *Justiça pela paz em casa* foi lançada ontem em São Luís pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Por meio da campanha, será realizado um mutirão para solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça, nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

O lançamento da campanha contou com a presença da ministra Cármen Lúcia; ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, e o governador Flávio Dino, além de representantes de outros órgãos. São parceiros do projeto a Corregedoria Geral de Justiça, a Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público do Maranhão (MPMA) e Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE).

O sistema judiciário do estado realiza, desde segunda-feira, 9, e se estende até sexta-feira, 13, uma grande mobilização para julgar o maior número de processos envolvendo casos de violência doméstica e outros conflitos familiares. Juízes da Região Metropolitana de São Luís e das varas criminais de família do interior priorizarão o agendamento do maior número de processos de 1º grau.

De acordo com a ministra Cármen Lúcia, muitos direitos já foram alcançados pelas mulheres, principalmente, por meio da legislação. Mas a aplicação das leis ainda funciona de forma precária. Diante disso, a campanha tem por objetivo acabar com a sensação de impunidade provocada pela morosidade em julgamento de processos.

"Estamos com um número maior de audiências e o Ministério Público atuando mais e fazendo audiências para que todos esses processos sejam devidamente julgados. Desta forma, saberemos quantos processos temos, qual a demanda, quais as regiões que têm maior índice de violência e o que fazer para que as varas especializadas atuem de uma maneira mais célere", explicou a idealizadora da campanha, ministra Cármen Lúcia.

Campanha - Segundo a desembargadora Cleonice Freire, a campanha não deve se limitar apenas ao período oficial proposto pelo STF, que se estende até sexta-feira, 13. "Tivemos avanços significativos nos direitos da mulher, mas ainda há muito a conquistar. No Maranhão, a campanha não se esgotará no dia 13. Vamos manter o esforço", disse a presidente do TJ. Além de audiências e julgamentos de processos que tratam da violência doméstica e familiar, a campanha prioriza outras questões como guarda judicial, divórcios, alimentos e outras.

Políticas - Para a ministra-chefe Eleonora Menicucci, a campanha vem atender a crescente demanda de denúncias de violência doméstica em todo o país, que só pode ser possível com as políticas públicas que vêm sendo implementadas nos estados da federação.

"É de fundamental importância essa campanha, porque mostra a dificuldade que as mulheres têm de acessar os serviços. Com a eficiência das políticas públicas e, sobretudo, com o Disque 180, tem se viabilizado muito mais as denúncias de assassinatos, mortes e confinamento de mulheres em cárcere privado", ressaltou.

Uma das políticas públicas a serem implantadas em São Luís é a Casa da Mulher Brasileira, um dos eixos do Programa Mulher, Viver sem Violência, que reúne, em um mesmo espaço, serviços especializados para atender à mulher vítima de violência.

"Dentro de no máximo 15 dias, as obras começam. Faltavam documentos da Prefeitura para o licenciamento da obra. A empresa já está licitada. Serão oferecidos todos os serviços especializados para atendimento às mulheres, desde o sistema judiciário, passando pelo Ministério Público e Defensoria, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", afirmou a ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil.

O governador Flávio Dino aproveitou a oportunidade para anunciar os esforços do Governo do Estado para construir uma segunda unidade da Casa da Mulher Brasileira, na Região Tocantina, expandindo assim a rede de assistência à população.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A ministra Cármen Lúcia, do STF, fala sobre os objetivos da campanha na presença de autoridades

Campanha *Justiça pela paz em casa*

COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS (SÃO LUÍS*, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, PAÇO DO LUMIAR E RAPOSA)
Audiências Agendadas: **362**
Processos prontos para sentença: **538**
*Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís:
137 audiências - **5.373** processos em tramitação

COMARCAS DO INTERIOR: (IMPERATRIZ* E DEMAIS)
Audiências Agendadas: **233**
Processos Prontos para Sentença: **1.366**
*Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Imperatriz:
885 processos em tramitação - **51** audiências

TOTAL MARANHÃO:
Audiências Agendadas: **595**
Processos prontos para sentença: **1.904**

Lei do Feminicídio - Durante o lançamento da campanha, as ministras Cármen Lúcia e Eleonora Menicucci destacaram mais uma conquista das mulheres: a sanção da lei que agrava pena de homicídios cometidos contra mulheres por motivo de discriminação de gênero ou violência doméstica. A presidente Dilma Rousseff sancionou a lei na segunda-feira, dia 9.

Conhecida como Lei do Feminicídio, ela prevê penas que podem variar de 12 a 30 anos de prisão. A lei foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 3 e inclui o crime de assassinato de mulheres por razões de gênero entre os tipos de homicídios qualificados.

> "Tivemos avanços significativos nos direitos da mulher, mas ainda há muito a conquistar. No Maranhão, a campanha não se esgotará no dia 13. Vamos manter o esforço"
>
> **Desembargadora Cleonice Freire,** presidente do TJMA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MP responsabiliza a Sejap pela liberdade de matador de médico

Anderson Silva, o *Aranha*, foi liberado pela Sejap, mesmo com preventiva em vigor

Arquivo

Anderson Silva Gonçalves, o *Aranha*

O Ministério Público responsabilizou a Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) pela liberdade indevida de Anderson Silva Gonçalves, o *Aranha*, ocorrida no último dia 2. Ele e Nixon Richardson França Chaves são acusados do latrocínio que teve como vítima o médico e ex-diretor do Hospital Geral Luiz Alfredo Netto Soares Júnior, que ocorreu no dia 9 de novembro do ano passado, no Jardim Eldorado, no Turu.

Em nota divulgada ontem, o Ministério Público afirma que o crime praticado contra o médico Luiz Alfredo e seus familiares está tramitando ainda na 9ª Vara Criminal de São Luís. A ação se encontra em fase de citação dos indiciados, e o Ministério Público do Maranhão ofereceu a denúncia no dia 2 de fevereiro de 2015, dentro do prazo estabelecido em lei.

A nota afirmou que, pela participação no crime, Anderson Silva teve prisão preventiva decretada no dia 14 de novembro de 2014, que foi efetivada em 28 de janeiro de 2015 e que não foi revogada. O criminoso responde ainda por outros crimes e em um deles, contou com a participação de mais cinco comparsas. Trata-se do inquérito policial de número 3.693/2015, que tramita na 2ª Vara Criminal por formação de quadrilha e porte ilegal de armas.

Foi somente nesse caso específico que o Ministério Público, por ter entendido não haver provas suficientes para o oferecimento da denúncia, solicitou novas diligências para amparar a investigação e ainda decretou a soltura dos investigados. Cabe acrescentar, por outro lado, que ao decretar o relaxamento da prisão preventiva para este caso específico, repita-se, o titular da 2ª Vara, juiz José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, fez a ressalva de que "a presente decisão serve como Alvará de Soltura, se por outro motivo o acusado não estiver preso".

A nota ainda frisou que o denunciado, Anderson Gonçalves, foi posto em liberdade, quando deveria permanecer preso por força da prisão preventiva decretada nos autos da Ação Penal da 9ª Vara Criminal. Assim, o Ministério Público e a Polícia Civil estão apurando a responsabilidade por parte da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) pela indevida libertação do criminoso.

O Estado entrou na tarde de ontem em contato via telefone com a assessoria de comunicação do Governo do Estado para saber informações sobre o caso e foi informado de que a direção da Sejap apenas cumpriu uma determinação judicial.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Paz em Casa visa à redução da violência contra a mulher

Projeto tem como meta a realização de 19 audiências, uma para cada processo, que resultarão no interrogatório de 62 pessoas, entre vítimas, acusados e testemunhas, no município de Imperatriz

IMPERATRIZ – A Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Imperatriz vai realizar 19 audiências como parte do *Justiça pela Paz em Casa*, projeto que o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) começou a desenvolver ontem. O projeto é uma espécie de mutirão de julgamento de processos.

Somente em Imperatriz serão realizadas 19 audiências, sendo uma para cada processo, que resultarão na oitiva de 62 pessoas, entre vítimas, acusados e testemunhas, com a participação de representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado.

A secretária judicial da Vara da Mulher, Gabriela Antunes Macedo, explicou que as audiências não são exclusivamente para julgamento de processos, há outras situações, como pedidos de concessão de medidas protetivas. "Há ainda a possibilidade de aumento do número de audiências e processos", acrescentou.

No município de Imperatriz existe uma rede de proteção à violência à mulher formada por uma delegacia especializada, Promotoria e Vara da Mulher, entre outras instituições, mas os casos de violência são preocupantes.

No ano passado, foram registrados na Delegacia Especial da Mulher (DEM) 1.139 Boletins de Ocorrência (BOs); 814 inquéritos policiais; 518 medidas protetivas e 96 prisões em flagrantes. Ainda assim, 15 mulheres foram assassinadas em 2014 em Imperatriz.

Medo - Os números não são maiores porque muitas mulheres não procuram a delegacia e, entre as que vão denunciar a violência, há desistências do processo por medo de represálias.

A ameaça de morte, a lesão corporal e a injúria são os casos mais comuns levados ao conhecimento da DEM. Já na Vara da Mulher, a ameaça de morte e a agressão física são os crimes mais comuns.

Numa rápida análise sobre a violência contra a mulher, o promotor de Justiça Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, titular da Promotoria da Mulher, disse que, de modo geral, os órgãos alegam falta de estrutura, mas é impossível viver com o grau de violência que existe em Imperatriz. Ele lamentou que apenas 10% dos Boletins de Ocorrência de todos os crimes contra a mulher viram processo.

"Numa realidade em que apenas 10% dos BOs se transformam em processo, é uma realidade de que a violência contra a mulher não vai diminuir, porque, numa análise inversa, 90% dos agressores não chegam nem a responder a processo", lamentou o promotor, acrescentando que será preciso a estruturação de delegacias e órgãos de atendimento à mulher para que se possa conviver com números aceitáveis no futuro.

Treinamento – Joaquim Júnior disse que o machismo estatal é outro problema encontrado pelas vítimas nos órgãos públicos, ou seja, quando um homem, ao atender uma vítima, diz que tem algo mais importante para fazer naquele momento, a mulher é revitimizada.

O representante do Ministério Público (MP) disse que o machismo estatal só se revolver com treinamento e a Secretaria de Estado da Mulher prometeu ao MP capacitar os agentes estatais ainda neste semestre. Deverão participar pelo treinamento policiais militares e civis, além de outros profissionais envolvidos.

Números

1.139
boletins de ocorrência foram registrados na Delegacia Especial da Mulher de Imperatriz em 2014

814
inquéritos policiais foram abertos pela Delegacia Especial da Mulher de Imperatriz em 2014

518
medidas protetivas foram pedidas e lavradas, em 2014, na Delegacia Especial da Mulher de Imperatriz

96
prisões em flagrante foram registradas na DEM de Imperatriz no ano passado por violência contra a mulher

15
mulheres foram assassinadas em 2014 em Imperatriz por companheiros, maridos, namorados ou familiares

Mais

Em Imperatriz, a Rede de Atendimento à Mulher é formada pela Delegacia da Mulher, Vara Especializada da Mulher, Promotoria da Mulher, Instituto Médico Legal (IML), Casa-Abrigo, Centro de Referência em Atendimento à Mulher (Cram), Secretaria de Políticas Públicas para a Mulher, Centro de Referência em Assistência Social (Creas), Defensoria Pública e Hospital Municipal (Socorrão).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Arquivo

O promotor Joaquim Júnior fez uma análise da situação e disse que a violência contra a mulher é inaceitável

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Órgãos de defesa do consumidor e donos de postos se reunirão 6ª-feira

Audiência de conciliação entre membros do MP, da DPE, do Procon e proprietários de postos de combustíveis da Região Metropolitana de São Luís será no Auditório Desembargador José Joaquim Filgueiras, no Fórum Sarney Costa

Mario Carvalho
Da equipe de **O Estado**

Na sexta-feira, 13, membros do Ministério Público Estadual (MP), da Defensoria Pública do Maranhão (DPE-MA) e da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), que compõem a RedCon, estarão reunidos às 9h, em audiência de conciliação com proprietários de 244 postos de combustíveis instalados na Região Metropolitana de São Luís. O evento acontecerá no Auditório Desembargador José Joaquim Filgueiras, no Fórum Sarney Costa, no Calhau.

No momento, os órgãos que integram a Rede Estadual de Defesa do Consumidor (RedCon) aguardam para esta semana uma decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão sobre o Agravo de Instrumento, impetrado por um empresário de revenda de combustíveis, que recorreu da decisão do juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, que obriga proprietários de postos a baixarem os preços da gasolina, do diesel e do etanol na capital. O processo está nas mãos do desembargador Guerreiro Júnior, que é o responsável pelo julgamento do caso.

Dicas para economizar combustível

- **Pise** no acelerador de forma suave. Quanto mais você pisa no acelerador, maior é a quantidade de gasolina que envia para o motor.
- **Respeite** seu conta-giros. Trocar marchas antes ou depois da hora gasta mais combustível. O ideal é que você fique na rotação de torque máximo do seu carro (no manual do fabricante você descobre isso).
- **Retire** o bagageiro do carro quando não for utilizado. Ele piora a aerodinâmica aumentando o consumo.
- **Quando** atingir a velocidade desejada, alivie o pé. O ideal é que seu pé pressione o acelerador apenas o necessário para manter a velocidade.
- **Pense** duas vezes antes de sair procurando o posto mais barato. Se você tiver que andar 15 km para economizar R$ 0,10 por litro, provavelmente terá gasto todo seu "lucro" no caminho. Faça as contas.

A audiência de conciliação foi determinada pelo juiz Douglas Martins e tem o objetivo de buscar uma solução conciliatória sobre a questão da comercialização dos combustíveis para atender aos interesses do consumidor.

"Esse alinhamento entre órgãos de defesa do consumidor e empresários se faz necessário, haja vista um novo reajuste ter sido autorizado pelo Governo Federal em menos de um mês", destacou o magistrado.

O gerente do Procon, Duarte Junior, considerou bastante positiva a determinação do juiz em marcar a audiência de conciliação entre as partes envolvidas. "Essa audiência é uma tentativa de composição para tratar dessa questão e encontrar uma saída viável. Temos várias situações em jogo, em especial, indenizações por dano moral coletivo, que é um pedido da ação que a RedeCon deu entrada na Justiça. Esperamos que da audiência haja nova composição satisfatória para ambas as partes", declarou.

Liminar- No dia 13 de fevereiro, a Justiça deferiu liminar, obrigando proprietários de postos de combustíveis a baixarem os preços da gasolina, diesel e do etanol em São Luís, fruto de Ação Civil Pública, impetrada pelos órgãos de defesa do consumidor que compõem a RedCon.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ÓRGÃOS DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DANOS DE POSTOS SE REUNIRÃO 6ª FEIRA

Flora Dolores

Abastecer o veículo está com valor estável desde o mês passado

Na decisão, o juiz Douglas Martins estabeleceu a readequação do valor cobrado nas bombas de combustíveis, como rege o Decreto nº 8.395/2015, do Governo Federal, que fixou reajuste máximo de R$ 0,22 por litro para a gasolina e R$ 0,15 por litro para o óleo diesel.

Obrigadas a reduzir os preços da gasolina, do diesel e etanol por ordem de uma liminar da Justiça, os empresários recorreram e aguardam decisão do Tribunal de Justiça.

O juiz Douglas Martins informou que cerca de 200 postos de combustíveis da Região Metropolitana de São Luís foram notificados pela Justiça, com base na decisão judicial.

Ele ressaltou que deixaram de ser notificadas apenas 43 revendedoras, por incompatibilidade de endereço e mudanças na razão social.

Manutenção - Douglas Martins garantiu que, enquanto não houver uma determinação contrária à vigente, tomada pela vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, todos os postos de combustíveis que foram notificados terão de manter a margem de tabelamento dentro do anunciado pelo Governo Federal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

PÁGINA 5

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

'JUSTIÇA PELA PAZ'

Nesta terça-feira (10) foi lançada a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

A campanha 'Justiça pela paz em casa', idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13). Na ocasião, o governador Flávio Dino prestigiou a solenidade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal.

A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital.

"As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", garantiu Flávio Dino, ao informar que a serão construídas unidades em São Luís e Imperatriz.

O lançamento da campanha 'Justiça pela paz em casa' contou com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; e da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire.

A campanha tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

FOTOS: FRANCISCO CAMPOS

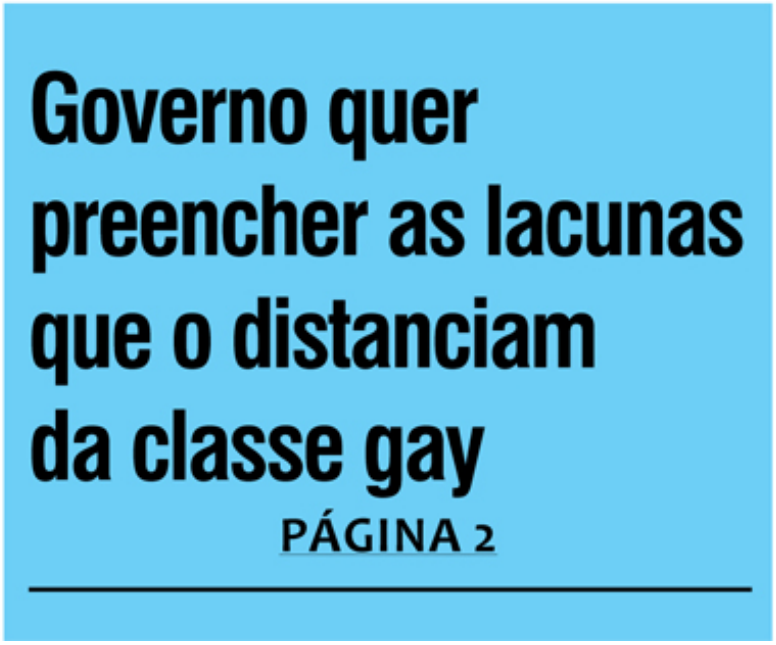
Governador Flávio Dino destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

"Nós estamos aqui para combater a violência doméstica contra a mulher, priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros", afirmou a ministra Cármen Lúcia.

Ao longo da semana estão sendo promovidas ações a fim de agilizar audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher, priorizando o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CCJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, ressaltou que a descentralização dos recursos é fundamental para a criação de obras como a Casa da Mulher Brasileira. "São Luís poderia ter há mais tempo esta Casa, mas agora com a parceria prefeitura e governo, ela sairá do papel", afirmou a ministra-chefe Eleonora Menicucci.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

FIM DA DISCRIMINAÇÃO

Com o objetivo de promover políticas públicas que protejam os direitos do movimento das Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT), o Governo do Maranhão está ampliando o debate entre o poder público e representações do movimento LGBT.

Secretário quer preencher as lacunas que distanciam governo da classe LGBT

A primeira ação ocorreu, nesta segunda-feira (9), na Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), quando foram discutidos diversos temas, entre eles, a regulamentação de uma política de Estado para combater a LGBT fobia.

Durante a reunião foi debatida a reestruturação do Comitê de Enfrentamento à Homofobia, a criação do Conselho Estadual LGBT e a programação da Conferência Estadual LGBT e da Semana Estadual LGBT, que antecede a parada do orgulho LGBT e tem o objetivo de discutir políticas públicas que assegurem os diretos da população LGBT.

O superintendente de Promoção e Educação em Direitos Humanos, Thiago Viana, destacou a importância desse diálogo e a proposta da secretaria para o movimento. "A ideia é elaborar um pacote de medidas para a regulamentação das políticas públicas, que estão pulverizadas ou não existem, e que têm o objetivo de coibir as práticas de discriminação contra a população LGBT. Com essas medidas, o objetivo é preencher as lacunas existentes em relação às normas e leis que asseguram os direitos dessa população", destacou.

O governo se comprometeu a alargar mais a passeata gay

Além da Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (Amatra), também participaram do encontro representantes do Centro Drag, do Grupo Gayvota e do Grupo Thebas. Para a presidente da Amatra, Mirella Thatyelle Souza, o diálogo tem sido positivo e segue para resultados favoráveis. "Estamos fazendo as articulações necessárias e caminhando para, juntos, avançarmos nas políticas públicas e, assim, dar mais força e apoio ao movimento LGBT", afirmou.

Um dos primeiros resultados desse diálogo já pode ser contabilizado. Com o intuito de reestruturar o Comitê de Enfrentamento à Homofobia, a secretaria e representantes do movimento LGBT participarão de uma reunião, na sexta-feira (13), com o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Estadual e representantes da sociedade civil para discutir o restabelecimento do grupo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira durante campanha 'Justiça pela paz em casa'

Empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital. Solenidade contou com a participação das ministras Cármem Lúcia (STF) e Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres)

Pag.10

Governador destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

Empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital

Governador destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

Nesta terça-feira (10) foi lançada a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha, idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13). Na ocasião, o governador Flávio Dino prestigiou a solenidade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital.

"As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", garantiu Flávio Dino, ao informar que a serão construídas unidades em São Luís e Imperatriz.

O lançamento da campanha 'Justiça pela paz em casa' contou com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; e da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. A campanha tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

Ao longo da semana estão sendo promovidas ações a fim de agilizar audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher, priorizando o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CCJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ministra Cármen Lúcia abre campanha "Justiça pela paz em casa" no Maranhão

A abertura da campanha foi feita pela vice-presidente do STF, com a participação da ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Eleonora Menicucci

Ministras lançam campanha 'Justiça Pela Paz'

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MINISTRA CÁRMEM LÚCIA ABRE CAMPANHA "JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA" NO MARANHÃO

A ministra Cármen Lúcia Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, lançaram, nesta terça-feira (10), no Estado, a Campanha "Justiça pela paz em casa". No período de 9 a 13 de março, processos criminais em que a mulher é vítima, e os cíveis ou de família em que é parte interessada têm prioridade de tramitação e julgamento nas varas judiciais.

A abertura da campanha foi feita pela vice-presidente do STF em solenidade no salão nobre do Palácio da Justiça, com a participação da ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Eleonora Menicucci; do governador do Estado, Flávio Dino; deputado estadual, Edilázio Júnior; da procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha; da defensora pública-geral, Mariana Almeida; da secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto; e da conselheira federal da OAB, Valéria Lauande.

Do Judiciário estadual, participaram da solenidade a vice-presidente, desembargadora Anildes Cruz; a coordenadora da Mulher em Situação de Violência do TJMA, desembargadora Ângela Salazar; o coordenador de Fiscalização e Monitoramento Carcerário, Fróz Sobrinho; o diretor da Esmam, Jamil Gedeon; o corregedor eleitoral, desembargador Lourival Serejo; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Gervásio Santos; os juízes auxiliares do TJ e CGJ, desembargadores e juízes.

PAZ - A campanha "Justiça pela paz em casa", de iniciativa da vice-presidência do STF, faz parte das ações de comemoração do Dia Internacional da Mulher - 8 de março - e tem como objetivo agilizar os julgamentos de processos que envolvam casos de violência contra mulheres, principalmente homicídio. A ação funciona em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Idealizadora da campanha, a ministra Cármen Lúcia, articulou junto aos tribunais dos Estados a mobilização nacional dos magistrados das varas criminais, tribunais de júri e juizados especializados na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), visando promover o andamento e a conclusão dos processos em todo o país.

No lançamento, a ministra enfatizou a importância da união do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Executivo e demais parceiros no trabalho conjunto para que as leis aplicadas aos casos de violência contra a mulher, somadas à construção da "Casa da Mulher Brasileira" e à adoção de novas práticas de combate à violência, incentivem à paz nos lares brasileiros.

Segundo a ministra, por meio da campanha, o Judiciário saberá quantos processos dessa natureza existem, a extensão da demanda, quais as regiões com maior índice de violência e o que fazer para que as varas especializadas atuem de maneira mais célere.

A presidente do Tribunal de Justiça solicitou aos juízes das varas criminais, de família e do tribunal do júri da região metropolitana de São Luís que deem preferência e celeridade à tramitação e desfecho dos processos em que a mulher seja vítima ou envolvam seus interesses. A orientação também foi passada aos juízes das varas do interior, com igual competência.

"A campanha não se esgotará no dia 13. A solicitação feita aos juízes foi de que o esforço concentrado - feito antes mesmo do período estabelecido para a campanha e prolongado para depois da ação - aconteça de modo a serem solucionadas tantas demandas quantas sejam possíveis, ao longo deste ano", explicou a presidente do TJ.

FEMINICÍDIO - Na última segunda-feira (09), a presidente da República sancionou a Lei do Feminicídio (nº 8.305/2014), que inclui o homicídio contra a mulher entre os tipos de homicídio qualificado, com pena de 12 a 30 anos de prisão. Presente à solenidade, a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Eleonora Menicucci, disse que o Brasil é o 16º país da América Latina a tipificar o crime contra a mulher, que representa 52% da população.

A ministra anunciou que o Maranhão terá uma "Casa da Mulher Brasileira", que será construída em parceria com o Estado e Município. Segundo a ministra, a licitação da obra já foi concluída e deverá começar no prazo de quinze dias, com conclusão prevista para cinco meses, ao custo total de 19 milhões, incluindo construção e manutenção.

AUDIÊNCIAS - Segundo levantamento da Coordenadoria da Mulher do TJMA, 1.904 processos envolvendo mulheres estão prontos para serem sentenciados pelos juízes e 595 audiências agendadas para serem realizadas ao longo desta semana, na Região Metropolitana da capital e interior.

Na região metropolitana, 362 audiências devem acontecer durante esta semana nas comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Na capital, os juízes Gustavo Medeiros, Andréa Frota Maia, Maricélia Gonçalves e Luis Carlos Licar presidem as audiências agendadas para o período, no 5º e 7º andares do Fórum do Calhau, no horário entre 8h30 e 16h30.

Tramitam na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís 5.373 processos. Para a campanha, foram cumpridos mais de 3 mil mandados, dentre citações, intimações, medidas protetivas, prisões e busca e apreensão e agendadas 137 audiências. Na Vara da Mulher de Imperatriz tramitam 885 processos, com 51 audiências marcadas para a semana pela juíza Ana Paula Araújo.

CASA DA MULHER - Durante o lançamento da campanha, o governador Flávio Dino declarou o apoio à campanha do Poder Judiciário: "É um mutirão importante porque vai agilizar os processos judiciais e, ao mesmo tempo, levar à uma reflexão à comunidade, acerca dessa problemática. Esperamos que seja exitoso".

Por ocasião da campanha, o governador fez a entrega à ministra Menicucci (SPM) do alvará concedido pela Prefeitura de São Luís que viabilizará o início das obras da "Casa da Mulher Brasileira", instituição criada pelo Executivo federal para prestar diversos serviços de assistência às mulheres, sobretudo no que se refere à defesa dos seus direitos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

POLÍCIA

Juizado de São Luís realiza mutirão de ações durante o mês de março

Pag. 11

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

SÃO LUÍS

Juizado realiza mutirão de ações durante o mês de março

A ação é coordenada pela juíza Maria José França, titular do juizado

O 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís está realizando suas atividades em regime de mutirão durante todo o mês de março. Até o daí 31 serão realizadas 395 audiências onde a finalidade inicial é promover a conciliação entre as partes envolvidas, bem como realizar a instrução e o julgamento de processos que tramitam na unidade. A ação é coordenada pela juíza Maria José França, titular do juizado.

A juíza afirma que o mutirão não prejudicará as demais audiências já marcadas para o período. "Para o referido mutirão foram selecionados 148 processos, não suspendendo a agenda normal deste Juizado. Assim, serão realizadas no total 395 audiências durante todo o mês em que se realizará o mutirão", explicou.

Em relação ao local de realização das audiências, não haverá mudanças. Todas elas acontecem na sede do 7º Juizado, que funciona na Rua Anapurus, Renascença II, em frente ao Ceuma Campus I. Dentre as ações da pauta, estão as relacionadas com seguro DPVAT e condomínios.

De acordo a magistrada, o critério utilizado de separar os processos que vão ao mutirão por natureza se deve à necessidade de agilizar uma demanda que cresce na unidade. Maria José explicou que é grande o número de ações proposta por condomínios localizados na área de abrangência do Juizado, assim como teve aumento.

Com a organização da pauta e concentração de esforços, também foram antecipadas algumas audiências que estavam marcadas para o período que compreende os meses de maio e novembro de 2015. A medida é mais uma iniciativa que tem a finalidade de promover uma Justiça mais célere e eficiente para o cidadão maranhense.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

- Encontro de corregedores

O 68º Encontro de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), que acontece na Cidade de Teresina (PI), recebe inscrições até o dia 17 de março. O evento será realizado no Hotel Metropolitan, nos dias 25, 26 e 27 deste mês, e tem como tema "Gestão da Informação: garantia de celeridade e efetividade". O Encoge constitui-se em uma iniciativa do Colégio de Corregedores do Brasil, que é presidido pela desembargadora Nelma Sarney (TJMA). A finalidade é de estabelecer o intercâmbio de práticas entre Corregedorias do País, visando ao fomento de ações que fortalecem a Justiça brasileira. Mais uma vez, o Encontro terá a presença da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

■ A ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, e a presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire, lançaram ontem, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça, a campanha nacional "Justiça pela paz em casa".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ministra lança a campanha 'Justiça pela paz em casa' no TJ-MA

Governo anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

Com intuito de garantir atenção especial às mulheres, Flávio Dino anunciou construção de casa para público feminino.

GERAL 6

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

GÊNERO

Governador anuncia construção da Casa da Mulher

Durante o lançamento da campanha "Justiça pela paz em casa", Flávio Dino garantiu que a capital vai abrigar a segunda Casa da Mulher Brasileira e, logo em seguida, será Imperatriz

Ontem foi lançada a campanha "Justiça pela paz em casa", no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha, idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13). Na ocasião, o governador Flávio Dino prestigiou a solenidade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias começam as obras na capital.

"As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados, desde o sistema judiciário, passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", garantiu Flávio Dino, ao informar que serão construídas unidades em São Luís e Imperatriz.

O lançamento da campanha "Justiça pela paz em casa" contou com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; e da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. A campanha tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

FOTOS: FRANCISCO CAMPOS

Governador Flávio Dino destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

"Nós estamos aqui para combater a violência doméstica contra a mulher, priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros", afirmou a ministra Cármen Lúcia.

Ao longo da semana estão sendo promovidas ações a fim de agilizar audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher, priorizando o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CCJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, ressaltou que a descentralização dos recursos é fundamental para a criação de obras como a Casa da Mulher Brasileira. "São Luís poderia ter há mais tempo esta Casa, mas agora, com a parceria prefeitura e governo, ela sairá do papel", afirmou a ministra-chefe Eleonora Menicucci.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sem bloqueio

A Justiça decidiu suspender o bloqueio judicial contra Gil Cutrim por entender que ele ainda se encontra como prefeito de Ribamar e não está se desfazendo dos bens como forma de burlar possível condenação. O desembargador Raimundo Barros considerou o bloqueio precipitado. Gil comemorou a decisão. "Sempre estive tranquilo com relação a essa situação e tinha certeza, e fé em Deus, que a verdade seria restabelecida", comentou.

ARQUIVO O IMPARCIAL

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Francisco Campos

Imperatriz terá Casa da Mulher Brasileira

O anúncio foi feito pelo governador Flávio Dino durante a campanha "Justiça pela paz em casa" ***P2c1***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira durante campanha 'Justiça pela paz em casa'

Francisco Campos

Governador Flávio Dino destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

Nessa terça-feira (10) foi lançada a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha, idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13). Na ocasião, o governador Flávio Dino prestigiou a solenidade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital.

"As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", garantiu Flávio Dino, ao informar que a serão construídas unidades em São Luís e Imperatriz.

O lançamento da campanha 'Justiça pela paz em casa' contou com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; e da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. A campanha tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

"Nós estamos aqui para combater a violência doméstica contra a mulher, priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros", afirmou a ministra Cármen Lúcia.

Ao longo da semana estão sendo promovidas ações a fim de agilizar audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher, priorizando o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CCJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, ressaltou que a descentralização dos recursos é fundamental para a criação de obras como a Casa da Mulher Brasileira. "São Luís poderia ter há mais tempo esta Casa, mas agora com a parceria prefeitura e governo, ela sairá do papel", afirmou a ministra-chefe Eleonora Menicucci.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Polícia Civil cumpre mandado e prende traficante condenado a mais de 12 anos

Notícias Policiais

Danilo Lima Carvalho, o "Tubarão", se encontra à disposição da Justiça

Policiais da Delegacia Regional de Imperatriz cumpriram, nessa terça-feira (10), mandado de prisão em desfavor de Danilo Lima Carvalho, vulgo "Tubarão", 29 anos, morador da Rua Tiradentes, Vila Nova.

Danilo Lima Carvalho estava em regime albergado e não estava retornando ao albergue, como determina a lei. Por isso, o juiz Armindo Nascimento Reis Neto, titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Imperatriz, decretou sua prisão, fato ocorrido no dia 16 de dezembro de 2014.

Além disso, Danilo Lima Carvalho foi condenado a 12 anos, 4 meses e 15 dias de prisão por tráfico de droga, em regime fechado em uma das unidades prisionais de Imperatriz ou Davinópolis.

Os policiais civis cumpriram o mandado de prisão no início da tarde dessa terça-feira, na casa do acusado.

Ele foi conduzido para a Delegacia Regional, onde tomou conhecimento da medida da justiça e se encontra em uma das celas da regional aguardando transferência para o presídio.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

Francisco Campos

Página - 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

Nesta terça-feira (10) foi lançada a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha, idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13). Na ocasião, o governador Flávio Dino prestigiou a solenidade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital.

"As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", garantiu Flávio Dino, ao informar que a serão construídas unidades em São Luís e Imperatriz.

Francisco Campos

Governador Flávio Dino destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

O lançamento da campanha 'Justiça pela paz em casa' contou com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; e da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. A campanha tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

"Nós estamos aqui para combater a violência doméstica contra a mulher, priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros", afirmou a ministra Cármen Lúcia.

Ao longo da semana estão sendo promovidas ações a fim de agilizar audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher, priorizando o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CCJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, ressaltou que a descentralização dos recursos é fundamental para a criação de obras como a Casa da Mulher Brasileira. "São Luís poderia ter há mais tempo esta Casa, mas agora com a parceria prefeitura e governo, ela sairá do papel", afirmou a ministra-chefe Eleonora Menicucci.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ministra Cármen Lúcia abre campanha "Justiça pela paz em casa" no Maranhão

FRANCISCO CAMPOS

Ministras lançam campanha "Justiça pela paz em casa" no Maranhão

A ministra Cármen Lúcia Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, lançaram ontem (10) a Campanha "Justiça pela paz em casa". No período de 9 a 13 de março, processos criminais em que a mulher é vítima, e os cíveis ou de família em que é parte interessada têm prioridade de tramitação e julgamento nas varas judiciais maranhenses.

A abertura da campanha foi feita pela vice-presidente do STF em solenidade no salão nobre do Palácio da Justiça, com a participação da ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Eleonora Menicucci; do governador do Estado, Flávio Dino; deputado estadual, Edilázio Júnior; da procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha; da defensora pública-geral, Mariana Almeida; da secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto; e da conselheira federal da OAB, Valéria Lauande.

PAZ – A campanha "Justiça pela paz em casa", de iniciativa da vice-presidência do STF, faz parte das ações de comemoração do Dia Internacional da Mulher – 8 de março – e tem como objetivo agilizar os julgamentos de processos que envolvam casos de violência contra mulheres, principalmente homicídio. A ação funciona em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Idealizadora da campanha, a ministra Cármen Lúcia, articulou junto aos tribunais dos Estados a mobilização nacional dos magistrados das varas criminais, tribunais de júri e juizados especializados na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), visando promover o andamento e a conclusão dos processos em todo o país.

No lançamento, a ministra enfatizou a importância da união do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Executivo e demais parceiros no trabalho conjunto para que as leis aplicadas aos casos de violência contra a mulher, somadas à construção da "Casa da Mulher Brasileira" e à adoção de novas práticas de combate à violência, incentivem à paz nos lares brasileiros.

Segundo a ministra, por meio da campanha, o Judiciário saberá quantos processos dessa natureza existem, a extensão da demanda, quais as regiões com maior índice de violência e o que fazer para que as varas especializadas atuem de maneira mais célere. "A ideia é fazer com que o agressor saiba que os atos de agressão e violência praticados contra a mulher serão punidos, além de preservar e fazer valer os direitos assegurados na Constituição. Não se mata alguém por ter um determinado gênero, mas se mata mulher por ser mulher, numa frequência inaceitável no Brasil", disse a ministra.

A presidente do TJMA solicitou aos juízes das varas criminais, de família e do tribunal do júri da região metropolitana de São Luís que deem preferência e celeridade à tramitação e desfecho dos processos em que a mulher seja vítima ou envolvam seus interesses. A orientação também foi passada aos juízes das varas do interior, com igual competência. "A campanha não se esgotará no dia 13. A solicitação feita aos juízes foi de que o esforço concentrado – feito antes mesmo do período estabelecido para a campanha e prolongado para depois da ação – aconteça de modo a serem solucionadas tantas demandas quantas sejam possíveis, ao longo deste ano", explicou a presidente do TJ.

A ministra anunciou que o Maranhão terá uma "Casa da Mulher Brasileira", que será construída em parceria com o Estado e Município. Segundo a ministra, a licitação da obra já foi concluída e deverá começar no prazo de quinze dias, com conclusão prevista para cinco meses, ao custo total de 19 milhões, incluindo construção e manutenção.

Durante o lançamento da campanha, o governador Flávio Dino fez a entrega à ministra Menicucci (SPM) do alvará concedido pela Prefeitura de São Luís que viabilizará o início das obras da "Casa da Mulher Brasileira", instituição criada pelo Executivo federal para prestar diversos serviços de assistência às mulheres, sobretudo no que se refere à defesa dos seus direitos.

AUDIÊNCIAS – Segundo levantamento da Coordenadoria da Mulher do TJMA, 1.904 processos envolvendo mulheres estão prontos para serem sentenciados pelos juízes e 595 audiências agendadas para serem realizadas ao longo desta semana, na Região Metropolitana da capital e interior. Na região metropolitana, 362 audiências devem acontecer durante esta semana nas comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

Lançada, ontem, no Tribunal de Justiça do Maranhão, a campanha 'Justiça pela paz em casa', idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Presente, o governador Flávio Dino anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto de parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. PÁGINA 3 [C1]

Governador Flávio Dino destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DURANTE CAMPANHA 'JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA'

Flávio Dino anuncia construção da Casa da Mulher Brasileira

Nesta terça-feira (10) foi lançada a campanha 'Justiça pela paz em casa', no salão nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A campanha, idealizada pela ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorre até a próxima sexta-feira (13). Na ocasião, o governador Flávio Dino prestigiou a solenidade e anunciou a construção de duas Casas da Mulher Brasileira, projeto desenvolvido em parceria entre as esferas federal, estadual e municipal. A empresa responsável pela obra já está licitada e daqui a 15 dias iniciam as obras na capital.

"As mulheres precisam de atenção especial e com a Casa da Mulher elas terão à disposição todos os serviços especializados desde o sistema judiciário passando pelo Ministério Público, Defensoria Pública, atendimento psicossocial e autonomia de emprego e renda", garantiu Flávio Dino, ao informar que a serão construídas unidades em São Luís e Imperatriz.

O lançamento da campanha 'Justiça pela paz em casa' contou com a presença da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); da ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci; e da presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire. A campanha tem o objetivo de promover a celeridade e a solução de processos criminais e cíveis que tramitam na Justiça estadual nos quais a mulher seja vítima ou parte interessada.

"Nós estamos aqui para combater a violência doméstica contra a mulher, priorizando também outros conflitos de seu interesse, como processos de guarda judicial, divórcios, execuções de alimentos, entre outros", afirmou a ministra Cármen Lúcia.

Ao longo da semana estão sendo promovidas ações a fim de agilizar audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher, priorizando o agendamento do maior número possível de audiências em processos de 1º grau, numa ação conjunta com a Corregedoria Geral da Justiça (CCJ-MA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Defensoria Pública Estadual (DPE).

A ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil, Eleonora Menicucci, ressaltou que a descentralização dos recursos é fundamental para a criação de obras como a Casa da Mulher Brasileira. "São Luís poderia ter há mais tempo esta Casa, mas agora com a parceria prefeitura e governo, ela sairá do papel", afirmou a ministra-chefe Eleonora Menicucci.

Governador Flávio Dino destacou a importância da Casa da Mulher para a oferta de serviços especializados

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Paciente atendido por hospital particular não terá tratamento pago pelo município

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou recurso a um paciente atendido por hospital particular de São Luís (MA) que queria ter o seu tratamento, no valor de R$ 9.521,11, custeado pelo município.

De acordo com o relator, desembargador Kléber Carvalho, o autor buscou o hospital municipal Djalma Marques (Socorrão I), apresentando sintomas de febre, convulsão, desmaios e confusão mental e, ao ser avaliado por uma equipe médica, esta recomendou sua internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Em seguida, buscou atendimento em um hospital particular, onde foi imediatamente deslocado para a UTI, ficando em suas dependências de 13 a 15 de junho de 2010.

Para Kleber Carvalho, não ficou comprovada a inexistência de leito de UTI, no Socorrão I, para receber o paciente. Os próprios familiares, por opção, procuraram a rede particular para o tratamento recomendado.

O voto do relator foi acompanhado pelos colegas, ressaltando que o paciente não demonstrou provas de que o poder público tenha se negado a prestar o serviço pretendido, afastando, assim, a responsabilidade do ente municipal pelo custeio das despesas oriundas do tratamento realizado no hospital particular.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EDITORIAL

O limbo

O limbo, conceito de caráter escatológico, pelas tradições da igreja católica identifica os que permanecem à margem da presença de Deus. Um limbo seria um lugar fora dos limites do céu, mas também do inferno, onde se vive de forma esquecida, sem uma visão plena da eternidade. O lugar para onde iriam aqueles cujo pecado original não teria sido submetido à remissão através do batismo.

Para o limbo político são lançados os homens públicos cujo pecado primário e os outros ainda não foram julgados pela sociedade e pelas leis. Sem poder nenhum. É onde se encontra o senador José Sarney. O pecado original de Sarney foi criar no Maranhão um monstro, uma verdadeira hidra, cujas mil cabeças seviciaram as instituições. Esse poder foi tanto que passou a determinar quem seria eleito ou não no Estado, interferiu nos julgamentos do Poder Judiciário, corrompeu de prefeitos a presidentes de uniões de moradores, acionou a agiotagem e a vassalagem pagas com recursos públicos e fez a infelicidade do povo do Maranhão.

No limbo, entre o céu da fertilidade financeira e o inferno da pobreza moral, Sarney aguarda o julgamento da História e dos homens e vê sua filha, Roseana e seu principal aliado, Lobão, serem submetidos ao poder da Justiça e investigados pela Polícia Federal.

As cabeças da hidra, o modelo político criado por Sarney e que tanto privilegiou a corrupção, voltam-se para dentro de seu território até então inexpugnável, onde tudo que possa ser considerado politicamente incorreto foi praticado com sua anuência e comissão. Os prefeitos das cidades mais empobrecidas do Maranhão, portanto do país, aprenderam com esse modelo político que as necessidades do povo são o que menos importa; importa mesmo é, a qualquer custo físico e moral, manter o poder, vencer a próxima eleição.

O todo-poderoso Sarney sente agora lhe faltar o chão. A República que lhe rendeu tantos lucros e poder não é mais a mesma, não lhe obedece, não lhe satisfaz todas as vontades. A Justiça não julga mais conforme seus interesses, como no caso da cassação do governador Jackson Lago, a Assembleia Legislativa não obedece mais suas ordens e seus aliados no Senado e na Câmara correm o risco de ir parar na cadeia, a exemplo de Renan Calheiros e Edison Lobão.

Sarney estrebucha em seu jornal, atira seu monopólio de comunicações, sua TV e emissoras de rádio contra o prefeito e o governador, apela à Santa Inquisição, mas tudo parece inútil.

Ele está só, no limbo, à espera que a Justiça do país decida se seu lugar é no inferno ou no céu.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís está realizando suas atividades em regime de mutirão durante todo o mês de março. Até o daí 31 serão realizadas 395 audiências onde a finalidade inicial é promover a conciliação entre as partes envolvidas, bem como realizar a instrução e o julgamento de processos que tramitam na unidade. A ação é coordenada pela juíza Maria José França, titular do juizado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

"Para o referido mutirão foram selecionados 148 processos, não suspendendo a agenda normal deste Juizado. Assim, serão realizadas no total 395 audiências durante todo o mês em que se realizará o mutirão", explicou a juíza Maria José França, titular do 7 juizado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Juizado da capital realiza mutirão de ações durante o mês de março

O 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís está realizando suas atividades em regime de mutirão durante todo o mês de março. Até o daí 31 serão realizadas 395 audiências onde a finalidade inicial é promover a conciliação entre as partes envolvidas, bem como realizar a instrução e o julgamento de processos que tramitam na unidade. A ação é coordenada pela juíza Maria José França, titular do juizado.

A juíza afirma que o mutirão não prejudicará as demais audiências já marcadas para o período. "Para o referido mutirão foram selecionados 148 processos, não suspendendo a agenda normal deste Juizado. Assim, serão realizadas no total 395 audiências durante todo o mês em que se realizará o mutirão", explicou.

Em relação ao local de realização das audiências, não haverá mudanças. Todas elas acontecem na sede do 7º Juizado, que funciona na Rua Anapurus, Renascença II, em frente ao Ceuma Campus I. Dentre as ações da pauta, estão as relacionadas com seguro DPVAT e condomínios.

De acordo a magistrada, o critério utilizado de separar os processos que vão ao mutirão por natureza se deve à necessidade de agilizar uma demanda que cresce na unidade. Maria José explicou que é grande o número de ações proposta por condomínios localizados na área de abrangência do Juizado, assim como teve aumento.

Com a organização da pauta e concentração de esforços, também foram antecipadas algumas audiências que estavam marcadas para o período que compreende os meses de maio e novembro de 2015. A medida é mais uma iniciativa que tem a finalidade de promover uma Justiça mais célere e eficiente para o cidadão maranhense.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EM AÇÃO CONTRA A PREFEITURA

ADVOGADO PEDE NA JUSTIÇA QUE PLACAS IRREGULARES SEJAM RETIRADAS EM S. LUÍS

O advogado Pedro Leonel Pinto de Carvalho ingressou com um pedido, na segunda-feira (9), para que a Justiça aplique multa diária de R$ 10 mil à Prefeitura de São Luís, se não forem imediatamente retiradas placas publicitárias irregularmente instaladas na via pública. Por meio de ação popular, o advogado pede ainda que, em caso de renitência ao descumprimento da ordem judicial, seja decretada a prisão do prefeito e do secretário municipal de Trânsito e Transporte. PÁGINA 3 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EM AÇÃO CONTRA A PREFEITURA

Advogado pede na Justiça que placas irregulares sejam retiradas de S. Luís

O advogado Pedro Leonel Pinto de Carvalho ingressou com um pedido, na segunda-feira (9), para que a Justiça aplique multa diária de R$ 10 mil à Prefeitura de São Luís, se não forem imediatamente retiradas placas publicitárias irregularmente instaladas na via pública. Por meio de ação popular, o advogado pede ainda que, em caso de renitência ao descumprimento da ordem judicial, seja decretada a prisão do prefeito e do secretário municipal de Trânsito e Transporte.

Na petição feita nesta segunda-feira (9), o advogado lembra que, no ano de 2010, placas de publicidade erradamente postadas em canteiro central de avenida, dificultando a visão de motoristas, o obrigaram a ingressar com ação popular, na 4ª Vara da Fazenda Pública. Na época, deferida a liminar, as placas foram retiradas.

O processo, segundo Pedro Leonel, voltou a ter seu curso normal. Mas agora, "em aberta hostilidade à decisão judicial (não recorrida), o Município voltou a posicionar outras placas no mesmo local".

Por este motivo, o advogado resolveu requerer ao juiz que aplique multa diária de R$ 10 mil para que a Prefeitura retire as placas ou que, se for o caso, em se tratando de descumprimento da ordem judicial, seja decretada a prisão do prefeito e de seu secretário.

Pedro Leonel explica que a ação popular, com pedido de tutela antecipada, foi ajuizada no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), contra a Prefeitura de São Luís, em face de omissão administrativa da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte ante a instalação irregular de placa publicitária no canteiro central localizado na Avenida dos Holandeses.

Ao fundamentar a ação popular, o advogado Pedro Leonel argumenta que, de acordo com o Decreto Municipal 25.300/2003, que regulamenta a Lei Delegada nº 033/76 (Código de Obras) e artigos da Lei nº 1790/68 (Código de Posturas do Município), "fica proibida a colocação de qualquer meio ou exibição de anúncio, seja qual for sua finalidade, forma ou composição, quando impeça ou comprometa, mesmo que parcialmente, a visualização de imóveis ou outros bens significativos; quando comprometa direitos de terceiros; quando, devido às suas dimensões, formas, cores, luminosidade ou por qualquer outro motivo, prejudique a perfeita visibilidade e compreensão dos sinais de trânsito; na pavimentação das vias e nos meios-fios; em canteiro divisor de avenidas e ruas, exceto por motivos institucionais".

O advogado Pedro Leonel afirma que a Lei Delegada Municipal 33/1976 também proíbe expressamente a colocação de anúncio "quando prejudicar a visibilidade das indicações de interesse público" e "quando voltados para a via expressa, e distanciado menos de 50 metros dessa via".

Na ação popular o advogado sustenta que "vê-se, assim, que se trata de uma ilegalidade manifesta, respaldada pela omissão do Poder Público Municipal, e que qualquer ato administrativo que porventura tenha concedido autorização ou licença à instalação da indicada placa publicitária é nulo de pleno direito".

Apesar de o pedido de antecipação da tutela, em julho de 2010, ter sido deferido pela Justiça, "para determinar ao réu a retirada, no prazo de cinco dias, das placas de publicidade localizadas na Avenida dos Holandeses, na via de acesso à Península da Ponta d'Areia, sob pena de multa diária de R$ 1.500,00, e em fevereiro de 2011 ter sido reiterada a determinação, a autoridade pública responsável pelo cumprimento da obrigação insiste em negar a execução da legislação municipal e em deixar de cumprir ordem judicial, sem nenhuma justificativa.

Segundo Pedro Leonel, aconteceu fato pior: novas placas foram instaladas no local, repetidamente. Por essa razão, agora ele pede que a Justiça aplique multa diária de R$ 10 mil à Prefeitura de São Luís, se não forem imediatamente retiradas placas publicitárias irregularmente instaladas na via pública.

Por meio de ação popular, o advogado pede ainda que, em caso de renitência ao descumprimento da ordem judicial, seja decretada a prisão do prefeito e do secretário municipal de Trânsito e Transporte.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação